

**A EVOLUÇÃO DA MENTALIDADE DE DEFESA NO BRASIL E SEUS  
REFLEXOS PARA AS FORÇAS ARMADAS**

**AUTOR: CORONEL CARLOS LÚCIO WALDINO DOS SANTOS**

# 1 INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro, como nação politicamente organizada (BARSÁ, v. 5, 1979) e composta pelos integrantes da sociedade, recebe influência direta do grau de importância com que essa sociedade considera, de forma efetiva, os assuntos relacionados à Defesa Nacional e às Forças Armadas. Esse comportamento será doravante designado, para fins dos estudos desenvolvidos neste artigo, *mentalidade de defesa*.

A mentalidade de defesa afeta o processo decisório do Estado brasileiro em assuntos como formas de atuação ou dimensão necessária das suas Forças Armadas (FA) e permite explicar, por exemplo, as dificuldades encontradas pela Instituição militar no sentido de justificar, junto aos Poderes Executivo e Legislativo, os investimentos julgados necessários para o cumprimento das suas missões constitucionais. Essas dificuldades persistem apesar de existir argumentos técnicos suficientes para demonstrar a importância dos investimentos em defesa face à atual posição geoestratégica do Brasil. Eis um exemplo:

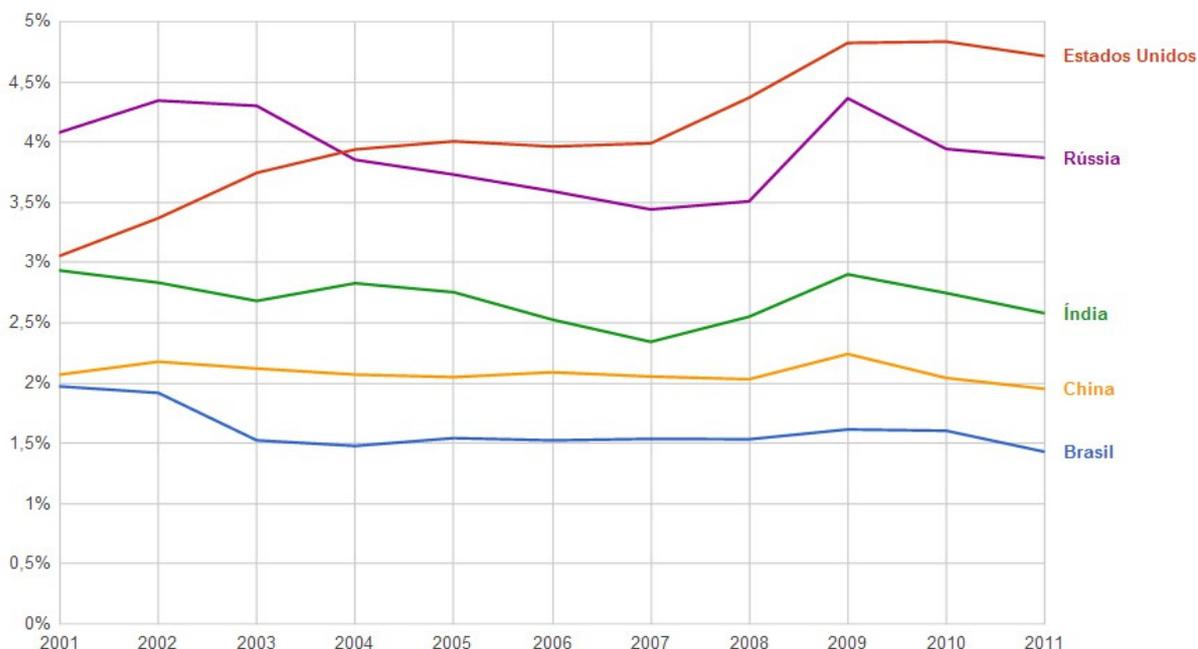


Gráfico 1.: Evolução da porcentagem do PIB gasto em defesa entre os países com mais de US\$ 1 trilhão de PIB, mais de 100 milhões de habitantes e mais de 3 milhões de Km<sup>2</sup> de território.

Fonte: Google Public Data: <https://www.google.com.br/publicdata/>

O gráfico apresentado demonstra que os gastos em defesa no Brasil não são, em absoluto, compatíveis com a sua envergadura geoestratégica atual. Além disso, todos os demais países do grupo apresentado nesse gráfico possuem o poder de dissuasão nuclear como parte do seu portfólio de defesa, ao contrário do Brasil.

Apesar de todas as razões técnicas, geopolíticas e estratégicas para que a questão da Defesa Nacional seja observada com maior atenção pelo Estado brasileiro, conforme o exemplo demonstrado, há um desconhecimento generalizado no povo brasileiro sobre a importância da Defesa Nacional e o emprego das suas Forças Armadas<sup>1</sup>, o que pode ser qualificado como uma baixa mentalidade de defesa. Essa percepção inadequada do tema foi diagnosticada pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) como uma das causas do “progressivo sucateamento das Forças Armadas” (ADESG, 2012, p. 9).

Outra consequência importante dessa baixa mentalidade de defesa é o emprego das Forças Armadas em apoio a uma grande diversidade de políticas públicas governamentais, devido ao total desconhecimento da sociedade sobre o assunto, o que permite qualquer interpretação sobre o que pode ser feito com a Instituição militar (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 4). Esse comportamento pode ser definido como “emprego multiuso” das Forças Armadas.

Apesar de atender a necessidades legítimas do País, essa prática desvirtua também a máquina administrativa estatal, a qual tende a não se estruturar adequadamente para atender às demandas públicas, pois parte do princípio de que sempre poderá contar com as Forças Armadas em última instância. Além disso, segundo o mencionado autor, o emprego desvirtuado e prolongado já pode ter tornado as Forças Armadas ineficazes para cumprir sua atividade-fim quando for realmente necessário (p. 4).

A baixa mentalidade de defesa, por outro lado, é resistente a uma análise mais simplificada das suas causas, pois, ao mesmo tempo em que a sociedade pode ser considerada alheia aos assuntos de defesa, as Forças Armadas são uma das instituições brasileiras em que a sociedade mais confia atualmente (73% dos votos), à frente de respeitáveis instituições como a Igreja Católica (56%) e o Ministério Público (55%), dentre outras (FGV, 2012).

Dessa forma, para melhor compreender essa percepção aparentemente paradoxal da sociedade brasileira acerca dos assuntos relativos à Defesa, esse artigo analisa, primeiramente, os fatores históricos que contribuíram para estruturar a

mentalidade de defesa como a conhecemos hoje. Em seguida, a conjuntura atual do País é observada sob os aspectos que influenciam essa mentalidade. Ao final, são levantadas as tendências futuras desse comportamento, bem como são apresentadas propostas consideradas oportunas para que a sociedade brasileira, inclusive suas Forças Armadas, possa desenvolver uma mentalidade de defesa mais adequada às necessidades geoestratégicas do Brasil.

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, são apresentados eventos históricos que permitam identificar características ou fatores formadores da mentalidade de defesa da sociedade brasileira dentro do conceito estabelecido na introdução deste artigo. Os eventos históricos serão analisados a partir da Independência do Brasil, por traduzir o momento mais marcante da identidade nacional brasileira, marco este fundamental para o estudo da formação da mentalidade de defesa do País.

#### 2.1.1 A Independência do Brasil e o Primeiro Reinado (1822 – 1840)

Segundo KOSHIBA e PEREIRA (2003, p. 189), a emancipação política do Brasil em relação a Portugal deveu-se, essencialmente, a uma cisão entre a elite colonial local e a Corte portuguesa por questões meramente comerciais. Por essa razão, a monarquia foi mantida por meio do próprio filho do imperador de Portugal, sendo proclamado rei da ex-Colônia recém-liberta. Esse fato permite concluir que não houve aspectos característicos de uma mentalidade de defesa propriamente dita nesse importante evento da história do País.

Durante a Guerra da Cisplatina (1825 a 1828), o Estado brasileiro iniciou um recrutamento que foi muito temido e impopular no seio do povo, o que obrigou o País a contratar tropas no exterior para completar suas Forças Armadas (FAUSTO, 1999, p. 155). O resultado foi um desastre militar para o Brasil, que foi obrigado “a recorrer à humilhante proteção de navios ingleses e franceses”, além de “agravar os problemas econômicos” do Estado recém-formado (Idem, p. 154 e 155). Essa resistência do povo em participar da defesa do País recém-liberto demonstra um precoce desinteresse social pelo assunto, já naquela época.

Todos os demais conflitos históricos desse período, no total de cinco, foram de ordem interna e tiveram como principal motivação a luta de classes (KOSHIBA e PEREIRA, 2003, p. 265).

Assim sendo, conclui-se que os eventos históricos desse período não contribuíram, de uma forma geral, para o desenvolvimento positivo de uma mentalidade de Defesa Nacional. A sociedade brasileira, ao contrário, inicia sua formação distanciada de assuntos relativos à defesa, demonstrando inclusive uma precoce rejeição a esse tema quando convocada a manifestar-se, como no caso mencionado da Guerra da Cisplatina (1824), evento ocorrido apenas dois anos após a Independência do País.

#### 2.1.2 O Segundo Reinado e a Guerra do Paraguai (1841 – 1888)

KOSHIBA e PEREIRA (2003, p. 307) registram que, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), a Guarda Nacional, criada em 1831, não apoiou o conflito. FAUSTO (1995) cita que, para completar os efetivos do Exército, o Império brasileiro mobilizou os “Voluntários da Pátria” entre os escravos alforriados, dos quais muitos foram forçados a se alistar (p. 213).

Houve manifestações patrióticas no sul do Brasil em virtude das invasões paraguaias, todavia, esse apoio dependia da duração breve do conflito<sup>2</sup>. Entretanto, como a guerra apresentou contornos bastante violentos e prolongou-se por cinco anos, o conflito tornou-se muito impopular no seio da sociedade, com várias revoltas populares contra os “recrutadores” do Império<sup>3</sup>.

O comportamento social brasileiro nesse episódio demonstrou não somente uma baixa mentalidade de defesa, mas, acima de tudo, uma manifesta rejeição social ao tema ao final do conflito. Essa constatação cresce de importância pelo fato de ter sido a única guerra externa com violação do território brasileiro em toda a história do País.

### 2.1.3 A Proclamação da República e a República Velha (1889 – 1929)

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), “o poeta parnasiano Olavo Bilac estava em plena atividade desde 1915, propagando o nacionalismo e louvando as Forças Armadas” (KOSHIBA e PEREIRA, 2003, p. 347). Essa manifestação social foi muito importante para o desenvolvimento da mentalidade de defesa nacional, apesar de ter sido estimulada no Brasil pelos ecos psicossociais dessa Grande Guerra na distante Europa.

Mesmo sob a influência nacionalista e pró-Forças Armadas do parnasianismo<sup>4</sup>, a sociedade não apoiou o movimento dos jovens militares da Coluna Prestes de 1924 (KOSHIBA e PEREIRA, 2003, p. 413). Assim sendo, apesar das influências favoráveis mencionadas, havia um nítido distanciamento entre os anseios dos militares e os interesses da sociedade civil, a quem os militares, em tese, visavam defender com esses movimentos<sup>5</sup>. Essa dicotomia de interesses entre essas classes prejudicou a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de uma mentalidade de Defesa Nacional.

Além dos eventos apresentados, não foram identificados outros fatores nessa fase que pudessem influenciar ou caracterizar uma mentalidade de defesa nacional, apesar de ser um período envolto em crises internas de diversas ordens – política, econômica, social e ideológica<sup>6</sup>.

### 2.1.4 A Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial (1930 – 1945)

O Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial em agosto de 1942 sob forte pressão popular, devido à agressão alemã aos navios brasileiros em nosso litoral (FAUSTO, 1995, p. 382).

Esse fenômeno demonstra que a sociedade brasileira, apesar de aparentemente indiferente aos assuntos de defesa, é capaz de reagir com vigor contra ameaças externas, ainda que não demonstre uma evidente preocupação com esse tema.

A defesa dos ideais de liberdade e democracia que motivou a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Europa contrastava com a ditadura de linha fascista do Estado Novo, o que culminou com a queda desse regime em 1945 (KOSHIBA e PEREIRA, 2003, p. 461). Nesse evento, as Forças Armadas foram chamadas, não somente por comoção popular, a defender a Pátria, como também influenciaram a sociedade brasileira com os ideais que elas defenderam em nome do País na Europa. Esses acontecimentos marcaram o ápice histórico da mentalidade de defesa no Brasil.

### 2.1.5 A Nova República (1946 – 1963)

Em 1947, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança realizada no Rio de Janeiro, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Por esse acordo, “um ataque armado contra um Estado americano seria considerado uma agressão contra todos os demais contratantes” (BRASIL, 2001).

O TIAR proporciona, em seu aspecto mais abrangente, uma importante percepção para a sociedade brasileira: “os EUA, por seus próprios interesses, interferem em qualquer conflito intrarregional que possa perturbar o *status quo* e impedem que uma potência extra-hemisférica use de força na região” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 2). Dessa forma, a sensação de segurança regional proporcionada pela superpotência estimula a sociedade a diminuir suas preocupações com a Defesa Nacional<sup>7</sup>.

Os demais eventos desse período não foram identificados como influentes para o desenvolvimento da mentalidade de defesa da sociedade brasileira.

### 2.1.6 A Revolução de 1964 e os Governos Militares (1964 – 1985)

Envolvendo mais de vinte anos da história relativamente recente do Brasil, esse período afetou profundamente a percepção brasileira sobre os militares e, por consequência, sobre os assuntos de defesa. Essa percepção foi assim descrita por ALMEIDA (2005):

[...] Durante o regime militar, as Forças Armadas avocaram para si o monopólio da atuação política e de boa parte do pensamento estratégico [...]

Um dos mais nefastos resultados desse afastamento histórico é, sem dúvida, a deseducação da sociedade brasileira em relação aos assuntos de defesa. A sociedade não se mostra capaz de atribuir aos assuntos militares a mesma importância dada aos temas, por exemplo, da saúde e da educação. Importante ressaltar, essa deseducação é culpa de vários setores da vida sócio-política brasileira mas, em especial, das próprias Forças Armadas, cujas incursões na política nacional se mostraram catastróficas e terminaram por fazer surgir, no seio da sociedade civil, um sentimento generalizado de apatia em relação às forças de defesa, isso quando não um sentimento verdadeiramente antimilitar [...] ALMEIDA (2005, p. 19).

Além disso, a Escola Superior de Guerra (ESG), considerada pela Estratégia Nacional de Defesa como um dos principais instrumentos para “organizar o debate permanente, entre as lideranças civis e militares, a respeito dos problemas da defesa” (END, 2008, p. 30), foi identificada pelos autores DELPIORE e VENÂNCIO (2010, p. 825), FAUSTO (1995, p. 452 e 453), ALMEIDA (2005, p. 18) e KOSHIBA e PEREIRA (2003, p. 513) como a principal origem dos conceitos de segurança nacional e de política estratégica que vigoraram durante o regime militar. Essa responsabilidade histórica contribuiu para que essa renomada Escola perdesse um importante espaço de influência sobre a sociedade civil. A Estratégia Nacional de Defesa caracterizou essa situação como “falta de articulação desse Instituto com a sociedade” (END, 2008, p. 32).

Além dos fatores prejudiciais ao desenvolvimento da mentalidade de defesa já mencionados, outro fator bastante sutil, mas não menos importante para esse estudo, são os gastos em Defesa durante o regime militar, assim sucintamente descritos por ALMEIDA (2005):

[...] A década de 1960 viu as despesas públicas com o setor de defesa reduzirem-se substancialmente [...]. Os anos 1970 viram os gastos militares declinarem. Em 1970 o setor de defesa nacional representava 12,8% da despesa da União. O ano de 1980 veria esse percentual reduzido para 7,6%. Curiosamente, cuidavam os anos 70 do auge da ditadura militar [...]. ALMEIDA (2005, p. 19).

No período dos governos militares deveria ter ocorrido o ápice da mentalidade da defesa no Estado brasileiro, pois os próprios militares chefiavam o Poder Executivo, com forte influência sobre os demais poderes constituídos por mais de duas décadas. Todavia, os militares preferiram, de acordo com o mencionado autor, tratar do desenvolvimento do País em detrimento dos seus próprios interesses em prol da Defesa.

Ironicamente, pode-se concluir que, justamente durante o regime militar, houve uma diminuição da mentalidade de defesa do Estado e um aumento da mentalidade de desenvolvimento nacional. Outra conclusão que se pode obter desse estudo é que, se os próprios governos militares não deram prioridade à Defesa Nacional durante seus mandatos, não haveria motivos para que os governos civis subsequentes se comportassem de forma diferente e, muito menos ainda, para que aumentassem essa prioridade.

Como os efeitos sociais do regime militar sobre a mentalidade de defesa são relativamente recentes na história brasileira, pode-se concluir que as consequências negativas identificadas sobre essa mentalidade vigem, de forma manifesta, até os dias de hoje na sociedade brasileira.

## **2.1.7 A Retomada dos Governos Civis (1985 Até os Dias de Hoje)**

Com relação à mentalidade de defesa, o período pós-regime militar não evidencia fatos significativos a serem destacados, a não ser os reflexos prejudiciais do próprio regime militar sobre a percepção de defesa da sociedade civil, os quais foram identificados e discutidos no item anterior.

Cabe destacar que a transição para os governos civis foi realizada sem transtornos, pois as Forças Armadas, cumprindo sua missão constitucional, preservaram todos os poderes constitucionais durante o regime militar, devolvendo-os à sociedade civil em pleno funcionamento, como consta indiretamente dos registros dos historiadores DELPIORE e VENÂNCIO (2010), KOSHIBA e PEREIRA (2003) e FAUSTO (1995). Esse fato, todavia, não contribuiu para despertar na sociedade a importância das Forças Armadas e da Defesa Nacional para a garantia do próprio Estado brasileiro estabelecido pela Constituição Federal<sup>8</sup>.

## **2.2 METODOLOGIA**

O método utilizado para desenvolver esse trabalho foi o qualitativo, por envolver descrições de situações, eventos, atitudes e interações de comportamentos pesquisados (MORESI, 2003, p. 69), as quais foram tratadas por meio de uma abordagem estruturalista, que visa estudar as “relações interdependentes” e “subjacentes” dos fenômenos observados (THIRY-CHEQUES, 2006, p. 1 e 2).

## **2.3 RESULTADOS**

Este tópico apresenta a situação atual da mentalidade de defesa resultante dos eventos históricos descritos, à qual são adicionados os reflexos da atual conjuntura geopolítica brasileira. A partir dessa constatação final, são discutidas suas tendências futuras, como resultantes de todos os fatores ora mencionados.

### **2.3.1 A Mentalidade de Defesa Atual**

Com base nos estudos desenvolvidos nos tópicos anteriores, pode-se concluir que há consideráveis razões históricas para a baixa mentalidade de defesa da sociedade brasileira, cujo principal motivo seria, em suma, o longo período sem ameaças ao território nacional, conforme citam a Política Nacional de Defesa (PND, 2005, p.1) e AMORIM (2013, p. 4).

Na conjuntura atual, PROENÇA JÚNIOR (2011) avalia que “o Brasil não tem questões prementes de segurança que evidenciem quais devam ser suas capacidades de defesa”, e que o País “tem resolvidas suas fronteiras em termos negociados e é mais forte do que qualquer um dos seus vizinhos” (p. 1). Além disso, de acordo com a avaliação do autor, a hegemonia dos EUA no continente diminuiu, do ponto de vista da percepção social, a possibilidade de conflito na região<sup>9</sup>.

Os fatores mencionados concorrem para uma elevada sensação de segurança regional no seio da sociedade. Essa sensação, que está sendo cada vez mais reforçada à medida que a estabilidade regional se prolonga no tempo, “concorre para a leveza do tema defesa nos momentos em que se discutem questões nacionais – nas eleições presidenciais, por exemplo” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 1).

Cabe destacar, também, uma postura muito característica do Estado brasileiro, a qual os fatores geopolíticos e históricos apresentados contribuem para explicar, ainda que parcialmente: o Brasil ambiciona a consolidação da paz e o aumento da cooperação regional e trabalha institucionalmente para que isso ocorra, conforme consta na Carta Magna de 1988:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

[...]

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

[...]

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988)

O parágrafo único do Art. 4º mencionado é um ato declaratório da opção do Estado brasileiro pela integração regional, a qual conflita com os argumentos a favor do desenvolvimento de uma mentalidade de defesa por motivos regionais.

Essa postura, todavia, não é indiferente ao quesito defesa, ao contrário, ela trata precipuamente da segurança nacional, só que por meio da cooperação política, buscando eliminar os fatores que possam conduzir a região a um conflito, fundamentando-se no princípio de que “na América do Sul, a cooperação é a melhor dissuasão” (AMORIM, 2013, p.15).

Para corroborar essa estratégia, seguem-se trechos da palestra do Ministro de Defesa na abertura do Curso Superior de Defesa em 2013:

[...] o Conselho de Defesa Sul-americano – CDS, órgão da Unasul – União Sul-americana de Nações, [...] estimula o desenvolvimento de uma visão sul-americana de defesa, que congregue civis e militares da América do Sul e incentive a reflexão e o diálogo sobre os interesses comuns dos países sul-americanos [...] Um sinal encorajador é que estamos, gradualmente, criando, na prática, um Colégio Sul-americano de Defesa [...]

O outro fórum, dentro desse entorno estratégico, é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a chamada Zopacas [...].

Seu objetivo é consolidar o Atlântico Sul como uma região de paz e prosperidade [...] (AMORIM, 2013, p.15).

A citação em tela expressa o cumprimento da seguinte diretriz da Estratégia Nacional de Defesa:

[...]18. Estimular a integração da América do Sul.

Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. [...]. O Conselho de Defesa Sul-Americano, [...] criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos [...] (END, 2005).

Assim sendo, o Estado brasileiro aborda a questão defesa regional por meio do incremento da cooperação e da paz, eliminando preventivamente fatores que possam gerar conflitos no entorno estratégico. Do ponto de vista do presente estudo, essa estratégia tornará a mentalidade de defesa regional cada vez mais reduzida, pois as possíveis ameaças regionais do ponto de vista das FA são percebidas pela sociedade civil como oportunidades de parcerias, o que leva essa sociedade a questionar a real necessidade das suas atuais estruturas de defesa.

Essa dúvida social já está em curso, o que conduziu o Prof. PROENÇA JÚNIOR a responder à sociedade por meio do artigo: “Para que Forças Armadas? Para isso” (PROENÇA JÚNIOR, 2011). Nessa obra, o autor faz a seguinte análise do comportamento social brasileiro acerca dos assuntos de defesa:

[...] deve-se lidar, ainda, com uma lacuna de apreensão do cerne e do todo da defesa no debate público brasileiro. Esta lacuna permite uma fragmentação que leva a impasses e mal-entendidos, a arroubos e oportunismos. Isso se mistura com um sentimento difuso e equivocado de que não se teria, de fato, destinação real para as Forças Armadas [...]

Arrisca-se a que o efeito continuado da vigência desse equívoco e do pleito por essas ambições possa tẽ-

ALMEIDA (2005) apresenta um raciocínio próximo à assertiva acima, acrescentando que há “um grande distanciamento na relação entre o militar e o civil, com direta influência na construção de uma mentalidade avessa à transparência para a sociedade” (p. 105), dividindo “o mundo real em dois mundos, um militar outro civil” (p. 108). Além disso, afirma que o “tema defesa parece ser encarado [pela sociedade] como distante e desinteressante” (p. 235).

As constatações dos dois últimos autores demonstram que a mentalidade de defesa brasileira já está num grau consideravelmente baixo nos dias de hoje e que são necessárias providências imediatas para tratar essa questão, caso haja interesse da sociedade brasileira em preservar a capacidade de defesa do seu País.

### 2.3.2 Tendências Futuras da Mentalidade de Defesa e suas Consequências

Os fatores históricos e a situação atual da mentalidade de defesa já estudados permitem concluir que, à medida que a estabilidade regional se consolidar com o tempo e as ações afirmativas de cooperação regional forem sendo implementadas com êxito, conforme mencionado no item precedente, a mentalidade de defesa da sociedade brasileira tenderá a diminuir cada vez mais, como consequência da sensação consolidada de segurança periférica resultante da aprofundada ausência de ameaças.

As fontes estudadas não permitem concluir quaisquer limites para a tendência de redução da mentalidade de defesa nacional, todavia, há estudos que indicam a tendência ascendente de uma nova forma de mentalidade de defesa. COSTA (1999) propõe uma abordagem mais ampla da Defesa Nacional, afirmando a necessidade de uma coalizão regional de interesses nas áreas política, econômica e de defesa, à semelhança da União Europeia, para evitar o risco de toda a região tornar-se periférica no contexto geopolítico internacional (p. 2).

COSTA (idem), portanto, eleva as medidas de integração local do nível de intenções diplomáticas de cooperação pacífica para o nível de necessidade geoestratégica para a garantia futura dos interesses geoeconômicos e geopolíticos dos Estados sul-americanos no atual cenário dos grandes blocos globais.

Essa necessidade de união de interesses para sobrevivência geopolítica desestimularia ainda mais os atores locais para quaisquer atos hostis ou belicosos entre si, os quais precisariam, ao contrário, somar esforços para atingir objetivos comuns muito mais prementes diante da conjuntura geopolítica vigente. Dessa forma, a expressão da mentalidade de defesa nacional tenderia a diminuir ainda mais no Brasil. Por outro lado, depreende-se dessa postura o surgimento de uma “mentalidade de defesa regional”, demarcada pelo entorno do bloco sul-americano ainda em processo de formação.

A consequência direta para as Forças Armadas dessa tendência seria a diminuição gradativa da percepção de importância da sua missão precípua constitucional de defesa da Pátria (BRASIL, 1988, Art. 142), em proveito de outras interpretações geopoliticamente mais amplas, tais como o cumprimento de acordos e tratados internacionais firmados de interesse geoestratégico para o Brasil.

Além do bloco de defesa regional proposto por COSTA (1999), outro exemplo dessa importância geopoliticamente ampliada das Forças Armadas é a participação das mesmas em missões de paz sob a égide da ONU ou da OEA, em cumprimento aos princípios de relações internacionais erigidos no Art. 4º da atual Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

A importância das Forças Armadas nas operações de paz cresceu consideravelmente nos últimos anos, principalmente com a participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), constituindo “o maior envio de soldados ao exterior desde a Segunda Guerra Mundial” (CRIVELLA, 2005, p. 98) e cumprindo o objetivo de Estado de “ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos” (BRASIL, PND, 2005).

Como resultado dessa estratégia, o Brasil saiu da 100ª posição entre os países contribuintes com tropas para missões de paz em 2001, com apenas 100 militares, para o 11º lugar em 2013, com 2205 militares<sup>10</sup>. Apesar da substancial mudança de estratégia em missões de paz em menos de uma década, não foram detectadas reações de oposição da sociedade com respeito ao envio de tropas para missões de paz; ao contrário, segundo o IPEA (2011, p. 16), 80% dos brasileiros são favoráveis à participação do Brasil em missões de paz, enquanto apenas 20% são contrários.

Assim sendo, a mesma mentalidade pacífica da sociedade brasileira, que tende a dissuadir seu entorno estratégico por meio da cooperação regional, tenderá, por coerência, a enviar tropas para defesa da paz e a cooperação entre os povos, nos termos do Art. 4º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Esse comportamento social poderia ser chamado, por exemplo, de “mentalidade de defesa da paz e da cooperação internacional”.

Reforçando essa tendência, há a chamada Geração Z, composta das pessoas nascidas entre 1990 e 2009 (CELESTINO, 2011), a qual pode ser considerada “a primeira geração totalmente globalizada” (idem) e que possui um “conceito de mundo [...] desapegado das fronteiras geográficas” (ibidem). Em decorrência dessa cultura globalizante e “desnacionalizada”, a Geração Z tenderá a valorizar, ainda muito mais, a defesa da paz mundial e a cooperação global, em detrimento dos assuntos de defesa estritamente nacionais.

Além da “mentalidade de defesa da paz”, o envolvimento das Forças Armadas de forma cotidiana em atividades “amplas, demandantes, tradicionais e populares” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 4), chamadas “ações subsidiárias e complementares” (LBDN, 2012, p. 171), tais como “construção de estradas, ferrovias e açudes, [...], campanhas de

saúde, apoio a calamidades, etc., [...] diminuindo o prazo de resposta do Governo Federal às contingências” (idem, p. 172), confere às Forças Armadas uma importância para a sociedade que está muito além da missão precípua de defesa da Pátria, conforme indica a pesquisa do IPEA (2011), em que 82,2% da sociedade acreditam que as Forças Armadas são importantes tanto no tempo de paz como na guerra (p. 7). Esse papel contribui também para o mencionado índice de 73% de confiança da sociedade, o mais elevado entre as principais instituições do País<sup>11</sup>.

Esse “hábito institucional” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 4) tende a aprofundar a mentalidade de que se pode fazer “qualquer uso” (idem) da Instituição militar, o que poderia ser denominado “mentalidade de emprego multiuso da defesa”.

Apesar de as mentalidades de “defesa da paz” e “emprego multiuso” possuírem amparo legal<sup>12</sup> e legitimidade, a tendência identificada nesse estudo é o desenvolvimento continuado dessas mentalidades em detrimento da mentalidade de defesa propriamente dita, o que resulta numa prioridade de investimentos governamentais nas FA exclusivamente para atender a compromissos internacionais ou a ações subsidiárias e complementares, admitindo-se, no máximo, o investimento “dual, militar e civil”<sup>13</sup>, não importando se esses desvios possam “fazer as Forças Armadas incapazes de dar resposta a situações que apenas elas podem atender” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 4), ou seja, a Defesa da Pátria.

## **2.4 DISCUSSÃO**

Neste tópico será discutida uma importante percepção social pouco destacada e que se encontra subjacente à Constituição Federal de 1988, seguida de uma discussão sobre as principais estratégias previstas para tratar o tema e as possibilidades de mudança da mentalidade de defesa atual. Finalmente, será apresentada uma proposta de medidas a adotar para tratar do assunto.

### **2.4.1 A Mentalidade de Segurança Institucional das Forças Armadas**

Além das mentalidades de “defesa da paz” e “multiuso” já abordadas, há um importante aspecto remanescente a ser discutido sobre a importância das Forças Armadas para a sociedade. A Constituição Brasileira de 1988 atribui às Forças Armadas a missão de garantir todos os poderes constitucionais, inclusive o próprio Poder Executivo ao qual estão diretamente subordinadas (Art. 142). Assim sendo, as FA são, em última instância, a garantia do próprio Estado brasileiro constituído, ou seja, o “escudo da Constituição” (PROENÇA JÚNIOR, 2011, p. 3).

Dessa forma, a mentalidade de defesa vigente na sociedade reconhece as Forças Armadas como uma instituição inquestionavelmente importante e respeitada, extremamente útil para atender a inúmeras demandas prementes da sociedade, do Governo e do Estado, inclusive para garantir até o próprio Estado brasileiro. Todavia, a Defesa da Pátria, sua principal missão, não seria a mais importante na sua percepção, pois não há ameaças evidentes. Ou seja, a missão principal das Forças Armadas não seria a missão mais importante para sua sociedade, gerando uma diferença de percepção entre a sociedade civil e os militares sobre as prioridades de investimentos e de emprego das Forças Armadas.

### **2.4.2 Principais Estratégias e suas Possibilidades de Sucesso**

COSTA (1999) expressou sua preocupação com a divergência temática mencionada no tópico anterior, ao afirmar que é preciso “sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional” (p. 9).

Com o objetivo de aperfeiçoar essa percepção, a Política Nacional de Defesa definiu, como um dos seus objetivos nacionais, “conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País” (PND, 2005, p. 7), o que pode ser traduzido, considerando os conceitos estabelecidos neste artigo, por “desenvolver a mentalidade de defesa da sociedade brasileira”. Para atingir esse objetivo nacional, foram identificadas na Estratégia Nacional de Defesa as seguintes ações estratégicas (END, 2008, p. 48):

- realizar estudos para a criação de um quadro de especialistas civis em Defesa, visando formar uma “força de trabalho capaz de atuar na gestão de políticas públicas de defesa”, “bem como na interação com os órgãos governamentais e a sociedade” (p. 50);

- propor a alteração da Lei de Criação da Escola Superior de Guerra visando, dentre outros objetivos, “intensificar o intercâmbio entre os membros do Governo Federal, a sociedade organizada e aquela instituição” (p. 50);

- estimular com atenção especial a participação da sociedade em “Encontros, Simpósios e Seminários destinados à discussão de assuntos estratégicos, aí incluída a temática da Defesa Nacional” (p. 50); e

- intensificar “a divulgação das atividades de defesa, de modo a aumentar sua visibilidade junto à sociedade” (p. 50).

Apesar dos esforços empreendidos até o momento, o “Ministério da Defesa e as Forças Armadas não têm conseguido transmitir à sociedade, de maneira clara, o verdadeiro conteúdo de sua missão, que permanece desconhecido” ALMEIDA (2010, p. 228).

Os resultados qualitativos obtidos no presente artigo confirmam que essa resiliência sociocultural dificilmente será modificada dentro das expectativas da Estratégia Nacional de Defesa; ao contrário, tende a agravar-se. Os fatores estudados, indutores da resistência social à mentalidade de defesa, não são somente bastante consistentes quando considerados separadamente, mas também reforçam-se mutuamente, tornando-se um conjunto bem sólido e extremamente difícil de ser modificado, os quais podem ser assim resumidos:

- a. longo período sem ameaças ao território nacional, que tende a se prolongar com o tempo;
- b. mentalidade pacífica e não expansionista do povo brasileiro;
- c. prioridades sociais bem mais prementes, tais como saúde, educação, habitação, renda, saneamento básico, etc.;
- d. monopólio histórico dos militares sobre os assuntos relativos à Defesa, sem participação da sociedade civil;
- e. vinculação sociocultural dos militares a golpes políticos, revoluções e períodos ditatoriais;
- f. participação da Escola Superior de Guerra nas doutrinas e conceitos estratégicos que vigoraram durante os governos militares<sup>14</sup>;
- g. política de Estado de cooperação regional em todos os campos, inclusive na defesa, como meio de dissuasão regional; e
- h. necessidade geoestratégica urgente de integração regional para sobrevivência geopolítica e geoeconômica dos países sul-americanos na era dos grandes blocos mundiais em formação.

Por outro lado, os mesmos estudos também indicam que esses sólidos fatores aparentemente desfavoráveis às Forças Armadas proporcionam o desenvolvimento de três mentalidades estudadas ao longo desse artigo, as quais valorizam consideravelmente a Instituição militar junto à sociedade: o “emprego multiuso”, a “defesa da paz” e o “escudo constitucional”.

As consequências das percepções e mentalidades ora mencionadas poderiam ser assim resumidas:

- a. dificuldade de investimentos do Estado exclusivamente para melhoria da defesa do País<sup>15</sup>;
- b. tendência do governo de realizar cortes de recursos na área de Defesa face a quaisquer dificuldades orçamentárias<sup>16</sup>;
- c. desvalorização salarial dos militares pela percepção equivocada da real importância das Forças Armadas<sup>17</sup>;
- d. desenvolvimento de uma cultura de que as FA existem para solucionar qualquer problema, além dos assuntos relativos a Defesa; e
- e. risco de perda da capacidade de emprego das Forças Armadas na sua atividade-fim, caso seja necessário.

Os documentos oficiais estudados neste artigo, em particular a Política Nacional de Defesa (PND, 2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2008), não evidenciam uma clara compreensão das consequências acima mencionadas, embora demonstrem interesse na aproximação entre as FA e a sociedade. Assim sendo, os efeitos da baixa mentalidade de defesa não parecem estar sendo bem compreendidos mesmo no seio da própria Instituição militar.

Além disso, embora os fatores mencionados neste tópico busquem explicar a resistência social em assuntos de Defesa, seria “imprudente imaginar que um País com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses” (PND, 2005, p. 1), como ocorre com os demais integrantes do grupo de países do gráfico 1.1 apresentado neste artigo os quais possuem, inclusive, poder de dissuasão nuclear.

Assim sendo e considerando a realidade do grupo mencionado, onde o Brasil está inserido, é imprescindível desenvolver uma mentalidade de Defesa no Brasil, ainda que seja nos padrões mínimos necessários, além de priorizar esse assunto no seio das Forças Armadas, para que as mesmas possam garantir, acima de tudo, a soberania do Estado brasileiro (BRASIL, 1988, Art. 1, Item I).

### 3 CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo identificar, por meio de fatores históricos, sociais e conjunturais, a baixa mentalidade de defesa da sociedade brasileira e a respectiva tendência de declínio ainda mais acentuado ao longo do tempo, bem como sua importância para o futuro das Forças Armadas e da sua capacidade de defender a Pátria e garantir a soberania nacional.

Permitiu concluir, também, que será muito difícil elevar essa mentalidade de defesa, pois os fatores que a influenciam retroalimentam-se constantemente, reforçando-se com o decorrer do tempo.

Demonstrou, ainda, que as próprias Forças Armadas, como oriundas dessa mesma sociedade, também estão sendo afetadas por aspectos dessa mentalidade, pois, apesar de todos os esforços registrados na Política Nacional de Defesa (PND, 2005) e na Estratégia Nacional de Defesa (END, 2008), não têm logrado sucesso na gestão desse tema vital para a garantia da sua própria instituição.

Dessa forma, em acréscimo às medidas já enunciadas na Estratégia Nacional de Defesa, propõe-se ao Governo Federal, em particular às Forças Armadas (FA) sob coordenação do Ministério da Defesa (MD), as seguintes medidas para que os esforços de desenvolvimento da mentalidade de defesa possam obter melhores resultados:

a. Priorizar o desenvolvimento da mentalidade de defesa da sociedade entre os demais objetivos estratégicos definidos pelo MD e as FA, por ser essencial para o futuro dessas instituições. Como exemplo extremo, se essa percepção não for aperfeiçoada, a sociedade poderá vir a clamar pela extinção, reformulação ou forte redução das FA, caso compreenda que a Instituição militar é inútil ou dispensável nas condições em que se encontram atualmente<sup>18</sup>.

b. Difundir, na cultura organizacional das FA, a importância de participar ativamente do desenvolvimento da mentalidade de defesa da sociedade, como fator primordial para viabilizar todas as suas necessidades profissionais de médio e longo prazos.

c. Esclarecer os militares para que não confundam a alta confiabilidade que a Instituição militar goza no seio da sociedade (FGV, 2012) com sua mentalidade de defesa, que continua baixa e com tendência de queda, trazendo sérias consequências para o futuro das Forças Armadas.

d. Divulgar nas FA estudos como os que foram desenvolvidos no presente artigo, para que os militares conheçam as sólidas bases históricas, sociais e conjunturais que caracterizam a baixa mentalidade de defesa da sociedade, compreendendo, assim, que discursos axiológicos evocando a importância da defesa da Pátria não encontrarão ressonância no atual tecido social brasileiro, sendo necessária uma mudança de enfoque para abordar esse assunto.

e. Explorar ao máximo o “emprego dual, civil e militar” (LBDN, 2012, p. 195) dos meios de Defesa como forma de obter investimentos mais adequados para o setor, aproveitando a tendência governamental de atender às suas prioridades de políticas públicas (mentalidade “multiuso” das FA) e de política externa (mentalidade de “defesa da paz”).

f. Divulgar na sociedade civil e nas FA que toda tecnologia desenvolvida no setor militar, sem qualquer exceção, possui aplicação dual – civil e militar, sendo, portanto, uma atividade estratégica importante como “indutora de inovações tecnológicas” para o País (LBDN, 2012, p. 214)<sup>19</sup>.

g. Preparar explicações técnicas e científicas detalhadas para as necessidades de pessoal e equipamentos das FA. Nessas explicações, priorizar, ao máximo, justificativas quantitativas em relação às qualitativas, por meio de trabalhos estatísticos, dados comparados, simuladores, jogos de guerra, etc. Essa medida permitirá reduzir as resistências de percepção da sociedade e dos integrantes do governo acerca de investimentos em defesa.

h. Apesar de ser uma quebra de paradigma, propõe-se uma consultoria de marketing de alto nível para que sejam estabelecidas estratégias visando a uma mudança de percepção da sociedade sobre o tema, valendo-se, para isso, dos meios e das técnicas mais modernas de formação da opinião pública.

i. Alterar o nome da Escola Superior de Guerra (ESG), em face do seu desgaste histórico com a sociedade<sup>20</sup>. A ESG é uma reconhecida formadora de opinião pública, mas hoje enfrenta dificuldades para influenciar a sociedade brasileira atual. Uma mudança de nome representaria uma ruptura com a sua herança histórica, proporcionando melhores condições para a instituição “organizar o debate permanente, entre as lideranças civis e militares, a respeito dos problemas da defesa” (END, 2008, p. 30).

j. Estudar a possibilidade de a ESG, com um novo nome socialmente mais aceito, abrir *campi* independentes ou conveniados em outros centros político-econômicos além de Brasília (END, 2008, p. 50), para potencializar sua influência entre os principais formadores de opinião pública do País.

k. Reformular o comportamento hermético com que as próprias FA lidam com os assuntos de defesa, passando a divulgar para os formadores de opinião e para a sociedade em geral, de forma acessível, mais trabalhos sobre o tema Defesa, além de resultados de operações realizadas, dificuldades encontradas nessas atividades, desafios e ameaças para a defesa no futuro, etc.<sup>21</sup>.

1. Apesar de a Estratégia Nacional de Defesa já priorizar a aproximação com as universidades (END, 2008, p. 25), essa ação estratégica visa apenas à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento tecnológico. Além dessa medida, propõem-se também parcerias para a criação de núcleos de pesquisa envolvendo o tema Defesa nas instituições mais influentes do País, inclusive na área de ciências humanas, com o objetivo de esclarecer os futuros formadores de opinião em geral sobre o assunto, inclusive do ponto de vista histórico.

Indubitavelmente, o Brasil não pode prescindir das suas Forças Armadas, todavia, sua manutenção depende de políticas de Governo e de Estado, as quais, por sua vez, são reflexos da percepção que a sociedade brasileira possui sobre assuntos como Defesa Nacional e emprego das Forças Armadas, ou seja, a sua mentalidade de defesa.

Assim sendo, a capacidade presente e futura das Forças Armadas de cumprir suas missões constitucionais precípuas depende da melhoria qualitativa dessa mentalidade, a qual poderá ser obtida por meio de estudos atualizados sobre o assunto e de ações substantivas para tratar do tema, como as que foram propostas no presente artigo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Cidades, Defesa e Turismo são ministérios mais afetados por corte.** Empresa Brasileira de Comunicação, 22 Mai 13. Brasília-DF. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-22/cidades-defesa-e-turismo-sao-ministerios-mais-afetados-por-corte>>. Acesso em: 31 Mai 13.

ALMEIDA, Carlos W. L. **Política de Defesa no Brasil:** considerações do ponto de vista das políticas públicas. Opinião Pública, V. 16, n. 1, p. 220-250, Campinas, Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v16n1/a09v16n1.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Transparência do Orçamento de Defesa:** o caso brasileiro. Red de Seguridad y Defensa de América Latina (RESDAL), Ago 2005. Disponível em: <<http://www.resdal.org/presupuestos/caso-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 Abr. 2013.

AMORIM, Celso. Aula Magna do Ministro da Defesa no Curso Superior de Defesa da Escola Superior de Guerra. **O Planejamento de Defesa no Governo Dilma Rouseff.** Mar 2013. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ADESG). **Ex-Ministro do STJ critica o sucateamento das Forças Armadas:** Revista ADESG – Defesa e Desenvolvimento, Rio de Janeiro-RJ, n. 267, p. 15, abr. 2012.

BARSA, Enciclopédia. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, 1979, v. 5, 476 p.

BATISTA, Luís Cláudio. **Guerra do Paraguai:** Peculiaridades do Recrutamento. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <[http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2\\_sem\\_2010/luis\\_claudio\\_batista.pdf](http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/luis_claudio_batista.pdf)>. Acesso em: 19 Mai. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 Mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm)>. Acesso em: 01 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)**, nota n. 361, Set. 2001, Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2001/09/21/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca>>. Acesso em: 18 Abr. 13.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005.** Aprova a Política Nacional de Defesa (PND). Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em: 18 Fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008.** Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 18 Fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). 2012.** Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 14 Fev. 13.

CARREIRA, Ana Cristina Antunes. **A União Europeia e a Criação de uma Força Militar Comum Europeia no Contexto das Relações Transatlânticas.** Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3040>>. Acesso em: 14 Abr. 2013.

CELESTINO, Fausto. **A Geração Z:** os filhos da tecnologia. Foco em Gerações, 2011. Disponível em: <<http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/2011/02/08/geracao-z-os-filhos-da-tecnologia/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

COSTA, Darc. **Segurança e defesa:** uma única visão abaixo do Equador. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 1, v. 42, Jan/Jun 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 Fev. 2013.

CRIVELLA, Marcelo. Alocação de Recursos das Forças Armadas. In: PINTO, J. R. de A.; ROCHA, A. J. R. da; SILVA, R. D. P. da (Org.). **Desafios na Atuação das Forças Armadas**. v. 4. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2005. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/colecao/reflexao.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

DEL PIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato.. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil Ltda, 2010, 991 p. ISBN: 978-85-7665-289-2.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, 2ª Edição. 650 p. ISBN: 85-314-0240-9.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Pesquisa do ICJBrasil Avalia Confiança nas Instituições do Estado**. Mar. 2013. Disponível em:<[fgvnoticias.fgv.br/node/2847](http://fgvnoticias.fgv.br/node/2847)>. Acesso em: 15 Abr. 2013.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Tecnologias Inovadoras de Multiplicam**. Revista Inovação em Pauta, n. 12, p. 38-43, Out/Nov/Dez 2011. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/imprensa/revista/edicao12/inovacao\\_em\\_pauta\\_12\\_defesa.pdf](http://www.finep.gov.br/imprensa/revista/edicao12/inovacao_em_pauta_12_defesa.pdf)>. Acesso em: 10 Ago. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Parte II**. 26 Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120125\\_sips\\_defesanacional\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120125_sips_defesanacional_2.pdf)>. Acesso em: 02 Mai. 2013.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise M. F.. **História do Brasil no contexto da História Ocidental**. São Paulo: Saraiva S.A., 2003, 8ª Edição, rev., ampl. 602 p. ISBN: 978-85-357-0392-1.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF. Mar. 2003. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodologia\\_da\\_pesquisa.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa.pdf)>. Acesso em: 01 Jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Departamento de Operações de Manutenção da Paz. **Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations**. Mar. 2013. Disponível em: <[http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2013/mar13\\_2.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2013/mar13_2.pdf)>. Acesso em: 02 Mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Departamento de Operações de Manutenção da Paz. **Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations**. Dez. 2001. Disponível em: <[http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors\\_archive.shtml](http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml)>. Acesso em: 02 Mai. 2013.

PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Forças Armadas para quê? Para isso**. Contexto Internacional, V. 33, n. 2, Rio de Janeiro, Julho/Dez 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200004&script=sci\\_arttext#tx20](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200004&script=sci_arttext#tx20)>. Acesso em: 15 Fev. 2013.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **O Primeiro Estruturalismo: método de pesquisa para as ciências de gestão**. Revista de Administração Contemporânea, v. 10, n. 2, Curitiba, Abr/Jun 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552006000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552006000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Jun. 2013.

VEJA. **Defesa e Fazenda terão os maiores cortes de orçamento**. Editora Abril, 30 Jul 13. São Paulo-SP. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/defesa-e-fazenda-terao-os-maiores-cortes-de-orcamento>>. Acesso em: 02 Ago 13.